



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
Rua do Acre nº 80 – sala 604 – Centro/Rio de Janeiro – CEP: 20081-000
Telefone/Fax: 2282-8016 / 2282-8682

E D I T A L

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2018

Proc. nº TRF2-EOF-2018/081

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2018/433 de 28.09.2018, torna público, a abertura do certame licitatório na modalidade de pregão eletrônico, **do tipo menor preço**, realizado por meio da internet, no *site*: www.comprasnet.gov.br. O certame será regido pelas disposições das Leis 8.666/93 e 10.520/02, do Decreto 5.450/05, da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, da [Portaria TRF2-PTP-2017/00110](#) de 15.03.2017 e pelas condições adiante estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data: 05 de novembro de 2018

Horário (de Brasília): 13:00

Local: www.comprasnet.gov.br

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II – Declaração de acordo com o inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, alterada pelas Resoluções nº 9 e 229 de 22/06/2016 do CNJ;

Anexo III - Minuta do Contrato Administrativo.

1 - **OBJETO:** A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa ou profissional autônomo para prestação de serviços especializados continuados de chaveiro para os prédios que compõem o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (prédio sede na Rua do Acre nº 80, prédio da Rua Visconde de Inhaúma nº 68 e 05 (cinco) pavimentos do prédio da Rua D. Gerardo nº 46), com fornecimento de peças e utilização de mão de obra especializada, conforme especificações definidas neste Edital e seu Anexo I - Termo de Referência.

1.1 - O objeto desta licitação é uno e indivisível, e será adjudicado a apenas um licitante.



2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

- 2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, **Desenvolvimento e Gestão, através do site: www.comprasnet.gov.br.**
- 2.1.1 - A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.
- 2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via internet, a licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.
- 2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no Decreto 5.450/2005.
- 2.3 - Não poderão participar:
- 2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- 2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;
- 2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata, em processo de dissolução ou liquidação;
- 2.3.4 - Empresas que estejam reunidas em consórcio;
- 2.3.5 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 2.3.6 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de suspensão do direito de licitar, aplicada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região;
- 2.3.7 - **Empresas proibidas de contratar com o poder público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei da Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 12.120/2009, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.**
- 2.3.8 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9.º da Lei n.º 8.666/93.
- 2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 72, § 8.º, V da Lei n.º 9.605/1998.
- 2.3.10 - Empresas que estejam proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e decretos regulamentares.



- 2.4 - A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.
- 2.5 - Todas as fotocópias de documentos apresentadas deverão estar autenticadas por Tabela de Notas ou deverão ser apresentados os originais para conferência das cópias.
 - 2.5.1 - Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 2.6 - A entrega da proposta implica nos seguintes compromissos por parte da licitante:
 - 2.6.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.
 - 2.6.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do *site* **www.comprasnet.gov.br**. (art. 3º do Decreto 5450/05).
- 3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto 5.450/05).
- 3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. (art. 3º, § 2º, e art. 13, Inc. I, do Decreto 5.450/05).
- 3.4 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRF-2ª Região, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 3.5 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica. (art. 3º, § 6º, do Decreto 5450/05).
- 3.6 - A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;



4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a Sessão Pública do pregão eletrônico via internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas e que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente edital e seus anexos.
- 4.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente envio da proposta de preços, no **valor total anual estimado (12 meses), incluindo os serviços de instalação**, conforme modelo de planilha constante do item 02 do Anexo I, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via *internet*.
- 4.3 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.4 - Em se tratando de **Profissional Autônomo**, a licitante deverá aplicar, ao total ofertado, o percentual de 20% (vinte por cento), correspondente da contribuição previdenciária, a cargo do Contratante, nos termos do art. 72, I, da IN nº 971/2009 da Receita Federal.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA: A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricadas em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

- 5.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;
- 5.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;
- 5.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;
- 5.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o contrato ou ajuste, assim como o telefone e e-mail para contato;
- 5.5 - Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I;
- 5.6 - Preços unitários e totais (deverão ser cotados com apenas duas casas decimais, sendo as demais desprezadas), em algarismo e por extenso, em moeda nacional, conforme o modelo de Planilha de Especificação e Formação de Preços, constante do item 02 do Anexo I - Termo de Referência.



- 5.6.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes aos serviços deverão estar incluídas no preço proposto.
- 5.6.2 - No caso de **profissional autônomo**, o valor de 20% (correspondente da contribuição previdenciária, a cargo do Contratante, nos termos do art. 72, I, da IN nº 971/2009 da Receita Federal) e o custo efetivo dos serviços devem constar separadamente da proposta.
- 5.7 - **Prazo de validade da proposta:** não inferior a 60 (*sessenta*) dias, a contar da data da abertura da sessão pública deste pregão eletrônico.
- 5.8 - **Prazo de vigência do contrato**, que será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da lei nº 8.666/93;
- 5.9 - Depois de solicitado pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a **proposta de preços** da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e **assinada**, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado, e enviada, no prazo de 2 (*duas*) horas, sob pena de desclassificação, através do próprio Sistema Comprasnet ou do e-mail cpl@trf2.jus.br, ou, a critério do Pregoeiro, através do fac-símile (0xx21) 2282-8016.
- 5.9.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá reduzi-lo ou estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos de habilitação.
- 5.10 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.
- 5.11 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.12 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos serviços no COMPRASNET e o disposto no Anexo I - Termo de Referência, o licitante deverá obedecer **a este último**.
- 5.13 - Serão desclassificadas as propostas que:
- 5.13.1 - contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação.
- 5.13.2 - não atenderem às exigências deste Pregão.



6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

- 6.1 - O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e quanto à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- 6.2 - O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRF2ª Região ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 6.5 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF2ª Região.
- 6.6 - Não serão aceitas propostas com valor total superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.
- 6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivos ou inexequíveis.
- 6.8 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contados da intimação.
- 6.9 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.
- 6.10 - O valor máximo aceito será aquele estimado pela Administração.

7 - DA COMPETITIVIDADE (Formulação de Lances)

- 7.1 - A partir do horário previsto no instrumento convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no edital.
- 7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico com o **valor total anual estimado**, conforme modelo de planilha constante do item 02 do Anexo I, sob pena de desclassificação da mesma.



- 7.3 - Os participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no edital.
- 7.5 - A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.7 - A etapa de lances será encerrada por decisão do pregoeiro e mediante aviso de seu fechamento iminente, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (*trinta*) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual, será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.8 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e do procedimento previsto no subitem 8.4 deste Edital, quando for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
- 7.9 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 7.10 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.11 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (*dez*) minutos a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br.
- 7.12 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 28 do Decreto no 5.450/05.

8 - DO PROCEDIMENTO

- 8.1 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.



- 8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL ESTIMADO**, conforme modelo de planilha constante do item 02 do Anexo I, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.
- 8.3 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (*cinco por cento*) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (*cinco*) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 8.5 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.6 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, o procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste edital.
- 8.7 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL ESTIMADO**, conforme modelo de planilha constante do item 02 do Anexo I, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.
- 8.8 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.9 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.



- 8.10 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 8.11 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

9.1.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº8429/92.

9.1.2 - Constatada existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

9.2.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.3 - No caso de profissional autônomo, deverão ser encaminhadas cópias autenticadas, ou cópias acompanhadas dos originais, dos seguintes documentos:

9.2.3.1 - Carteira de Identidade;

9.2.3.2 - Cadastro de Pessoa Física - CPF;

9.2.3.3 - Número do Registro no INSS do profissional".



9.3 - DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - 9.3.2 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alterada pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nº 1.821/2014 e nº1400/2015 e 3.193/17).
 - 9.3.3 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;
 - 9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;
 - 9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;
 - 9.3.6 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
 - 9.3.7 - A consulta *on line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.
 - 9.3.8 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via e-mail, a documentação atualizada, quando solicitada pelo pregoeiro.
 - 9.3.9 - O registro regular e atualizado no SICAF supre no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.6.
- 9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Comprasnet, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:
- 9.4.1 - DECLARAÇÃO de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.
 - 9.4.2 - DECLARAÇÃO da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;
 - 9.4.3 - DECLARAÇÃO referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;



- 9.4.4 - DECLARAÇÃO de Inexistência de Fato Superveniente.
- 9.4.5 - DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA, de acordo com a Instrução Normativa nº 2 – SLTI, de 16 de setembro de 2009.
- 9.5 - Para fins de habilitação, a verificação em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.
- 9.6 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.
- 9.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 5 (*cinco*) dias úteis, **contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, para a regularização da documentação**, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 9.7.1 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.8, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para formalização do contrato, ou propor a revogação deste Pregão.
- 9.8 - Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos para o endereço eletrônico cpl@trf2.jus.br ou via fac-símile, para o telefone (21) 2282-8016, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 9.8.1 - Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da solicitação do **Pregoeiro**, endereçados da seguinte forma: Tribunal Regional Federal da 2ª Região - Coordenadoria de Licitação - COLICI - Rua Acre, nº 80, sala 604 -CEP 20081-000 - Centro/Rio de Janeiro – Pregão nº 058/2018.

10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da **prestação de serviços** objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

| Programa de Trabalho | PTRes | Elementos de Despesa |
|-----------------------|---------|----------------------|
| 02.061.0569.4257.6013 | 107.765 | 33.90.39.16 |



11 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

- 11.1 - Esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como informações adicionais sobre a presente licitação serão divulgadas na "homepage" do Tribunal: *www.trf2.jus.br*, opção "Transparência / Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e no site: *www.comprasnet.gov.br*, na opção "visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos", ficando os licitantes obrigados a acessá-los para a obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.
- 11.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro, por meio eletrônico, através do e-mail para *cpl@trf2.jus.br*, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do pregão eletrônico, no horário de 12:00h às 17:00h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.
- 11.3 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.
- 11.3.1 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração das especificações técnicas, quando necessário, decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.
- 11.3.2 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

12 - DOS RECURSOS

- 12.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 12.2 - Admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, mediante manifestação imediata e motivada da licitante, em campo específico disponibilizado pelo sistema eletrônico, durante a sessão pública, até o prazo final estabelecido pelo pregoeiro.
- 12.3 - A apresentação de recurso e de eventuais contrarrazões pelas demais licitantes será realizada no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do encerramento da sessão pública.



- 12.4 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência do direito de recurso, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto à licitante vencedora.
- 12.5 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.6 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 13.1 - Após a homologação do resultado desta licitação o TRF convocará a empresa adjudicatária para assinatura do instrumento contratual ou para a retirada da nota de empenho junto à Divisão de Contratos, **na Rua Visconde de Inhaúma, 68/ 2º andar, Centro - Rio de Janeiro, no horário de 12:00 às 17:00 horas.**
- 13.2 - A convocação que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, contados da convocação, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e modificações da Lei 8.883/94 e art. 28 do Decreto 5.450/05.
- 13.3 - No ato da assinatura do contrato ou da retirada da nota de empenho, será comprovada mediante consulta *on line* a regularidade dos documentos abrangidos pelo SICAF e da CNDT, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do contrato.
- 13.4 - Quando a vencedora da licitação não fizer a comprovação referida no subitem 13.3, ou quando, injustificadamente, recusar-se a retirar a nota de empenho ou a assinar o contrato, poderá a Administração convocar outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 13.5 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a prestar os serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seu Anexo e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste Pregão Eletrônico.
- 13.6 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros



ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 09 de 06.12.2005 do Conselho Nacional de Justiça.

13.7 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 229 de 22.06.2016 do Conselho Nacional de Justiça.

13.7.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do **Anexo II** do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura do contrato.

14 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, o objeto do presente Contrato será recebido, mediante recibo, assinado pelas partes, da seguinte forma:

14.1.1 – **Definitivamente** – no prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do atesto do documento correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual.

14.2 - O recibo será emitido pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos do presente Contrato.

14.3 - O recebimento definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

14.4 - Após a celebração do contrato, o TRF-2ªRG designará servidor para exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato.

14.5 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF2 as faculdades previstas nos art. 18 e 20 da Lei n.º 8.078/90.



15 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 15.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, **à vista do documento fiscal (ou RPA – Recibo de Pagamento a Autônomo)** discriminativo dos serviços por ela apresentado, devidamente atestado pelo setor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, em até 05 (*cinco*) dias úteis, contados a partir da data de apresentação do documento fiscal;
- 15.1.1 - Para fins do disposto no item 15.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.
- 15.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;
- 15.2 - O documento fiscal (**ou RPA - Recibo de Pagamento a Autônomo**) deverá ser entregue na **Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos**, situada na **Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar**, Centro - Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12 às 17 horas, na primeira semana do mês subsequente à prestação dos serviços, em duas vias, **devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail scon@trf2.jus.br**.
- 15.2.1 - O documento fiscal (ou RPA - Recibo de Pagamento a Autônomo) deverá ser entregue acompanhado das respectivas Ordens de Serviço - OS que discriminem de forma clara o tipo de serviço, as quantidades e especificações dos materiais aplicados, por unidade de medida, com fiscalização e aprovação, por escrito, do setor competente;
- 15.2.2 - A inobservância do contido no item anterior inviabilizará o atesto do(s) documento(s) fiscal(is).
- 15.3 - As Contratadas que se enquadrem nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverão comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.
- 15.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, alterada pela Instrução Normativa nº 1.540 de 05/01/2015;
- 15.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU).



15.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

15.6 - O documento fiscal (ou RPA - Recibo de Pagamento a Autônomo) que for apresentado com erro será devolvido à contratada para retificação e reapresentação acrescentando-se, no prazo fixado no item 15.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

15.7 – Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza será observado o disposto na Lei Complementar n.º 116/03 e a legislação municipal aplicável.

15.8 – Por se tratar o Contrato de prestação de serviços com fornecimento de materiais, será obrigatória a discriminação, no documento fiscal, do valor correspondente aos materiais aplicados.

15.9 - No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a contratada não localizada no município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato de pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

15.9.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 15.9, a contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança (ou RPA - Recibo de Pagamento a Autônomo), o código e a descrição do serviço prestado.

16 -DO REAJUSTE

16.1 - Os valores contratados serão reajustados com base na variação do IGP-DI, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro indexador que a legislação determinar, de acordo com a seguinte fórmula:

| | |
|--|---|
| $R = \left(\frac{I - I_o}{I_o} \right) \cdot P$ | Onde: |
| | R = Reajuste |
| | I = Nº índice da data do reajuste |
| | I _o = Nº índice da data limite da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste. |
| | P = Preço a ser reajustado. |

16.2 - A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo se utilizar o cálculo pró-rata mas sim o mês cheio.

16.3 - A periodicidade de reajuste do Contrato será de 12 (doze) meses, em conformidade com os termos da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, e legislação superveniente, ou outra regulamentação editada pelo Poder Executivo que vier a alterá-la.



- 16.4 - Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.
- 16.5 - A Contratada deverá manifestar seu interesse no reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, devendo apresentar o demonstrativo de que trata o subitem 16.4 tão logo seja divulgado o índice previsto no subitem 16.1.
- 16.6 - A não formalização do pedido de reajustamento pela Contratada ou, ainda, a sua formalização intempestivamente, ou seja, após a prorrogação do ajuste, acarretará a preclusão do direito de reajustar.

17 - DAS SANÇÕES

- 17.1 - Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores da CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:
- 17.1.1. apresentar documentação falsa;
 - 17.1.2. fraudar a execução do contrato;
 - 17.1.3. comportar-se de modo inidôneo;
 - 17.1.4. cometer fraude fiscal;
 - 17.1.5. fizer declaração falsa;
 - 17.1.6. não assinar o contrato no prazo estabelecido;
 - 17.1.7. não mantiver a proposta.
- 17.2 - Para os fins do item 17.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.
- 17.3 - Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato, de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens "17.4", "17.5" e "17.7" e nas tabelas 1 e 2 do item 5 do Anexo I com as seguintes penalidades:
- 17.3.1. advertência;
 - 17.3.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), por prazo não superior a dois anos;



17.3.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

17.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

17.4 - No caso de inexecução parcial do objeto, a CONTRATADA fica sujeita à aplicação de multa de até 20% do valor do contrato.

17.5 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

17.6 - Configurar-se-á o retardamento da execução quando a CONTRATADA:

17.6.1. deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data da ordem de serviço; ou

17.6.2. deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

17.7 - No caso do cometimento das infrações elencadas nos subitens 17.6.1 e 17.6.2 acima, a contratada poderá ser sancionada com multa de até 5% do contrato.

17.8 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA:

17.8.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, caso esta tenha sido exigida.

17.8.2. Se os valores das faturas e da garantia, se exigida, forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

17.8.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

17.8.4. Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do CONTRATANTE.



- 17.9 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.
- 17.10- A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA enquadrar-se em pelo menos uma das situações previstas na **tabela 2** constante do **item 5 do Anexo I**, respeitada a graduação de infrações conforme **tabela 1 do item 5 do Anexo I**.
- 17.11 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições da Portaria TRF2-PTP-2017/00110, de 15/03/2017;
- 17.12 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à contratada, na forma da lei;
- 17.13 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 17.14 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no §1º, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

18 - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:
- 18.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sites: www.trf2.jus.br, opção "*Transparência / Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento*", e www.comprasnet.gov.br, opção "*visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos/ Avisos*", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;
- 18.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;
- 18.1.3 - Alterar, **dando ciência aos interessados**, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.



- 18.2 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões, até o limite de 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial, de acordo com o estabelecido no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93;
- 18.3 - Eventuais supressões realizadas nos termos do subitem anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.
- 18.4 - As decisões dos recursos somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente.

Rio de Janeiro, quarta-feira, 17 de outubro de 2018
Francisco Luís Duarte - Pregoeiro

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2018
Proc. nº TRF2-EOF-2018/081

1 - OBJETO: Contratação de empresa ou profissional autônomo para prestação de serviços especializados continuados de chaveiro para os prédios que compõem o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (prédio sede na Rua do Acre nº 80, prédio da Rua Visconde de Inhaúma nº 68 e 05 (cinco) pavimentos do prédio da Rua D. Gerardo nº 46), com fornecimento de peças e utilização de mão de obra especializada.

2 - MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DISCRIMINADOS

As empresas Licitantes deverão apresentar planilha com preços discriminados, conforme modelo a seguir:

| Item | Serviços | Quant. estimada | Preço unit. (R\$) | Preço total (R\$) |
|------|---|-----------------|-------------------|-------------------|
| 1 | Abertura de arquivo | 1 | 25,83 | 25,83 |
| 2 | Abertura de cadeado de qualquer tamanho | 5 | 25,23 | 126,15 |
| 3 | Abertura de cofre | 1 | 183,85 | 183,85 |
| 4 | Abertura de fechadura CE cofre comum | 1 | 97,89 | 97,89 |
| 5 | Abertura de fechadura chapa | 1 | 41,40 | 41,40 |
| 6 | Abertura de fechadura de automóvel | 1 | 111,67 | 111,67 |
| 7 | Abertura de fechadura de móvel | 50 | 29,17 | 1.458,50 |
| 8 | Abertura de fechadura de porta comum | 50 | 36,30 | 1.815,00 |
| 9 | Abertura de fechadura de segurança (tipo tetra) | 25 | 46,44 | 1.161,00 |
| 10 | Amostragem de fechadura de porta comum, cadeado, arquivo, cofre, fechadura CE, chapa, de móvel | 30 | 45,00 | 1.350,00 |
| 11 | Amostragem de fechadura de automóvel comum | 1 | 170,00 | 170,00 |
| 12 | Amostragem de fechadura de segurança (tipo tetra), elétrica, de porta de vidro temperado, tipo trinco | 30 | 53,33 | 1.599,90 |
| 13 | Conserto de arquivo (incluído retirada / colocação) | 1 | 55,56 | 55,56 |
| 14 | Conserto de cadeado de qualquer tamanho (incluído retirada / colocação) | 1 | 42,00 | 42,00 |
| 15 | Conserto de cofre (incluído retirada / colocação) | 1 | 260,00 | 260,00 |



| | | | | |
|----|---|-----|--------|-----------|
| 16 | Conserto de fechadura CE cofre comum (incluído retirada / colocação) | 1 | 82,67 | 82,67 |
| 17 | Conserto de fechadura de porta comum, chapa, tipo trinco, de porta de vidro temperado, de móvel (incluído retirada / colocação) | 25 | 42,51 | 1.062,75 |
| 18 | Conserto de fechadura de automóvel (incluído retirada / colocação) | 1 | 125,61 | 125,61 |
| 19 | Conserto de fechadura de dupla modelagem (incluído retirada / colocação) | 1 | 55,17 | 55,17 |
| 20 | Conserto de fechadura de segurança (tipo tetra) (incluído retirada / colocação) | 25 | 39,78 | 994,50 |
| 21 | Conserto de fechadura elétrica (incluído retirada / colocação) | 1 | 55,83 | 55,83 |
| 22 | Cópia de chave de arquivo | 1 | 9,11 | 9,11 |
| 23 | Cópia de chave de cadeado de qualquer tamanho | 5 | 9,11 | 45,55 |
| 24 | Cópia de chave de cofre | 1 | 46,67 | 46,67 |
| 25 | Cópia de chave de fechadura CE cofre comum | 1 | 36,67 | 36,67 |
| 26 | Cópia de chave de fechadura chapa | 1 | 27,50 | 27,50 |
| 27 | Cópia de chave de fechadura codificada de dois lados, dependendo do carro | 1 | 212,96 | 212,96 |
| 28 | Cópia de chave de fechadura codificada tipo Ômega CD 2004 | 1 | 232,96 | 232,96 |
| 29 | Cópia de chave de fechadura de automóvel comum | 1 | 73,32 | 73,32 |
| 30 | Cópia de chave de fechadura de dupla modelagem porta comum | 1 | 32,67 | 32,67 |
| 31 | Cópia de chave de fechadura de porta comum, de móvel, elétrica e de porta de vidro temperado | 400 | 10,11 | 4.044,00 |
| 32 | Cópia de chave de fechadura de segurança (tipo tetra) | 20 | 24,79 | 495,80 |
| 33 | Cópia de chave de fechadura tipo trinco | 5 | 27,50 | 137,50 |
| 34 | Fornecimento e codificação de cartão de Renault Fluence 2015 | 1 | 860,00 | 860,00 |
| 35 | Fornecimento e instalação de fechadura comum | 50 | 249,14 | 12.457,00 |
| 36 | Fornecimento e instalação de fechadura Lafonte, Arouca, Brasil ou similar (comprovando a similaridade) | 1 | 290,04 | 290,04 |
| 37 | Retirada de fechadura tipo Lockwell e bolas para confecção de 2 chaves | 10 | 59,73 | 597,30 |
| 38 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de arquivo | 1 | 58,33 | 58,33 |
| 39 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de cofre | 1 | 117,18 | 117,18 |
| 40 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura CE cofre comum | 1 | 107,18 | 107,18 |



| | | | | |
|--|--|----|--------|----------|
| 41 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura chapa | 1 | 55,55 | 55,55 |
| 42 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura codificada de dois lados, de carro | 1 | 508,76 | 508,76 |
| 43 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura de automóvel comum | 1 | 342,80 | 342,80 |
| 44 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura de dupla modelagem | 1 | 80,00 | 80,00 |
| 45 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura de móvel | 50 | 41,00 | 2.050,00 |
| 46 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura de porta comum | 50 | 71,00 | 3.550,00 |
| 47 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura de segurança (tipo tetra) | 25 | 65,17 | 1.629,25 |
| 48 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura elétrica | 1 | 59,73 | 59,73 |
| 49 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura porta vidro temperado | 10 | 59,73 | 597,30 |
| 50 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura tipo trinco | 5 | 54,73 | 273,65 |
| 51 | Troca de segredo de arquivo | 1 | 44,51 | 44,51 |
| 52 | Troca de segredo de cadeado, qualquer tamanho | 1 | 39,83 | 39,83 |
| 53 | Troca de segredo de cofre | 1 | 159,47 | 159,47 |
| 54 | Troca de segredo de fechadura CE cofre comum | 1 | 78,51 | 78,51 |
| 55 | Troca de segredo de fechadura chapa | 1 | 63,33 | 63,33 |
| 56 | Troca de segredo de fechadura codificada tipo Ômega CD | 1 | 370,00 | 370,00 |
| 57 | Troca de segredo de fechadura de automóvel comum | 1 | 168,59 | 168,59 |
| 58 | Troca de segredo de fechadura de móvel | 1 | 85,00 | 85,00 |
| 59 | Troca de segredo de fechadura de porta comum, elétrica, de porta de vidro temperado e tipo trinco | 1 | 63,40 | 63,40 |
| 60 | Troca de segredo de fechadura de segurança (tipo tetra) | 1 | 71,93 | 71,93 |
| 61 | Cópia de chave codificada de 2 lados Ford Focus 2007, Fiat Finea 2011/2012 e Nissan Sentra 2009 | 1 | 346,29 | 346,29 |
| 62 | Cópia de chave codificada de 2 lados VW Santana 2002, VW Gol 2001, VW Parati 2004, GM S10 e GM Zafira 2003 | 1 | 172,96 | 172,96 |
| 63 | Cópia de chave codificada de 2 lados Renault Master 2012/2012 | 1 | 359,63 | 359,63 |
| 64 | Cópia de chave codificada de 2 lados Ford Focus 2011 (c/ tele comando) | 1 | 572,96 | 572,96 |
| VALOR TOTAL ANUAL R\$ 42.500,47 | | | | |



3 – REGIME DE EXECUÇÃO

- 3.1 - A Contratada atenderá as solicitações de emergência de imediato.
- 3.2 - Solicitada, a Contratada enviará seu(s) técnico(s) que se dirigirá(ão) ao Núcleo de Projetos e Fiscalização de Obras - NUPRO para receber a Ordem de Solicitação de Serviços - OS, em duas vias, na qual estarão indicados o nome da unidade solicitante (setor), local (sala), servidor requisitante do(s) serviço(s) a ser(em) realizado(s) e a quantidade/especificação do(s) serviço(s).
- 3.3 - Atendida completamente a OS, cuidará a Contratada de que o usuário requisitante assine suas duas vias, para validá-las.
- 3.4 - Ao término de cada mês, a Contratada entregará ao NUPRO 01 (uma) via assinada de cada OS atendida para conferência juntamente com a nota fiscal.
- 3.5 - A execução dos serviços pela Contratada não poderá interferir nas atividades normais do TRF/2ªR, razão pela qual a Contratada se obriga a executar em período noturno, finais de semana ou feriados quaisquer serviços que não possam ser executados em horário normal de expediente, sem custo adicional, para o TRF/2ªR.
- 3.6 - Para as solicitações que não tenham caráter emergencial, a Contratada terá prazo de 02 (duas) horas para atendê-las.

4 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 4.1 - A contratada utilizará na prestação dos serviços mão de obra qualificada/especializada, equipamentos e materiais de primeira qualidade e suficientes à realização dos serviços.
- 4.2 - A contratada permitirá que seus empregados, trabalhando nas dependências do TRF/2ªR, sejam vistoriados pela segurança interna, se assim for solicitado.
- 4.3 - Os empregados da contratada, quando prestando serviços no TRF/2ªR, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com esta instituição, posto que manterão contrato de trabalho com a empresa contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao TRF/2ªR ou a terceiros, durante ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.
- 4.4 - A contratada manterá o TRF/2ªR a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do contrato.



- 4.5 - Será feito pela contratada todo e qualquer serviço não aprovado pelo gestor do contrato, sem qualquer ônus para a TRF/2ªR.
- 4.6 - A contratada reparará ou, quando isto for impossível, indenizará quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, em virtude de culpa ou dolo, decorrentes da execução do contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, ainda que tão somente objetiva, desde que sobrevenham em prejuízo do TRF/2ªR ou de terceiros, sem quaisquer ônus para o contratante.
- 4.7 - A contratada fornecerá ao gestor do contrato, sempre que solicitado, lista de ferramentas e equipamentos que serão utilizados nos serviços objeto do presente contrato.
- 4.8 - A contratada cumprirá e fará cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, sendo obedecidas todas as recomendações, com relação à segurança do trabalho, contidas nas Normas Reguladoras do Ministério do Trabalho e Emprego pertinentes aos seus serviços, diligenciar para que seus empregados trabalhem com Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, outros equipamentos e ferramentas adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido.

5 - ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

- 5.1 - O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.
- 5.2 - O não atendimento do ANS e a consequente redução do valor a ser faturado não inibe a aplicação das demais penalidades previstas no Edital e Anexos.
- 5.3 - Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.
- 5.4 - A aplicação do percentual de redução do valor a ser faturado por não atendimento do ANS obedecerá às tabelas 1 e 2, abaixo.

TABELA 1

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|------|---------------------------------------|
| 1 | 0,5% sobre o valor mensal do contrato |
| 2 | 1,0% sobre o valor mensal do contrato |
| 3 | 1,5% sobre o valor mensal do contrato |
| 4 | 2,0% sobre o valor mensal do contrato |
| 5 | 3,5% sobre o valor mensal do contrato |



TABELA 2

| INFRAÇÕES | | |
|-----------|---|------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
| 1 | Deixar de realizar seus serviços para o mesmo dia do chamado, sem explicar os motivos | 5 |
| 2 | Decorridas as duas horas contratuais para atendimento após acionada, a contratada atrasar sua chegada ao Tribunal acima de 1 hora; | 4 |
| 3 | Decorridas as duas horas contratuais para atendimento após acionada, a contratada atrasar sua chegada ao Tribunal de 41 min a 1 hora; | 3 |
| 4 | Decorridas as duas horas contratuais para atendimento após acionada, a contratada atrasar sua chegada ao Tribunal de 21 a 40 min; | 2 |
| 5 | Decorridas as duas horas contratuais para atendimento após acionada, a contratada atrasar sua chegada ao Tribunal de 1 a 20 min; | 1 |



ANEXO II
DECLARAÇÃO
(Resolução nº 07/2005/CNJ alterada pela Resolução nº 009/2005 e 229/2016)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058-18

Proc. nº TRF2-EOF-2018/081

_____ **DECLARA**, em face do disposto no inc. VI do art. 2º da Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pela Resolução nº 229/2016, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() Não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

| Nome: | Parentesco: | Órgão: CC* | MPJ* |
|-------|-------------|------------|-------|
| _____ | _____ | _____ | _____ |

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Público

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP).

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº ____/201__

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CHAVEIRO PROFISSIONAL, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA _____.

Proc. Adm. Digital n.º TRF2-EOF-2018/00081

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por sua **Diretora Geral, Dra. Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J sob o n.º _____ estabelecida na _____, CEP: _____, Tel.: (____) _____, Fax: (____) _____, *e-mail*: _____, representada neste ato por seu(sua) Representante Legal, Sr(a). _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2018/00081, em consequência do Pregão Eletrônico nº 058/2018 fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em __/__/2018 através do despacho nº TRF2-DES-201_/____, FIRMAM o presente Contrato com finalidade de *executar serviços especializados de chaveiro profissional para este Tribunal*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Portaria nº TRF2-PTP-2017/00110 de 15 de março de 2017, mediante as seguintes cláusulas condições:



1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços especializados de chaveiro profissional, para os prédios que compõem o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (prédio sede da Rua do Acre nº 80, prédio da Rua Visconde de Inhaúma, nº 68 e 05 (cinco) pavimentos do prédio da Rua D. Gerardo, nº 46), com fornecimento de peças e utilização de mão de obra especializada deste E. Tribunal, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 058/2018 e seus Anexos I e II e na forma estabelecida no presente Contrato.

1.1 - Descrição dos serviços:

| ITEM | DESCRIÇÃO DO SERVIÇO | QUANTIDADE ESTIMADA |
|------|---|---------------------|
| 1 | Abertura de arquivo | 1 |
| 2 | Abertura de cadeado de qualquer tamanho | 5 |
| 3 | Abertura de cofre | 1 |
| 4 | Abertura de fechadura CE cofre comum | 1 |
| 5 | Abertura de fechadura chapa | 1 |
| 6 | Abertura de fechadura de automóvel | 1 |
| 7 | Abertura de fechadura de móvel | 50 |
| 8 | Abertura de fechadura de porta comum | 50 |
| 9 | Abertura de fechadura de segurança (tipo tetra) | 25 |
| 10 | Amostragem de fechadura de porta comum, cadeado, arquivo, cofre, fechadura CE, chapa, de móvel | 30 |
| 11 | Amostragem de fechadura de automóvel comum | 1 |
| 12 | Amostragem de fechadura de segurança (tipo tetra), elétrica, de porta de vidro temperado, tipo trinco | 30 |
| 13 | Conserto de arquivo (incluído retirada / colocação) | 1 |
| 14 | Conserto de cadeado de qualquer tamanho (incluído retirada / colocação) | 1 |
| 15 | Conserto de cofre (incluído retirada / colocação) | 1 |
| 16 | Conserto de fechadura CE cofre comum (incluído retirada / colocação) | 1 |
| 17 | Conserto de fechadura de porta comum, chapa, tipo trinco, de porta de vidro temperado, de móvel (incluído retirada / colocação) | 25 |
| 18 | Conserto de fechadura de automóvel (incluído retirada / colocação) | 1 |
| 19 | Conserto de fechadura de dupla modelagem (incluído retirada / colocação) | 1 |
| 20 | Conserto de fechadura de segurança (tipo tetra) (incluído retirada / colocação) | 25 |



| ITEM | DESCRIÇÃO DO SERVIÇO | QUANTIDADE ESTIMADA |
|------|--|---------------------|
| 21 | Conserto de fechadura elétrica (incluído retirada / colocação) | 1 |
| 22 | Cópia de chave de arquivo | 1 |
| 23 | Cópia de chave de cadeado de qualquer tamanho | 5 |
| 24 | Cópia de chave de cofre | 1 |
| 25 | Cópia de chave de fechadura CE cofre comum | 1 |
| 26 | Cópia de chave de fechadura chapa | 1 |
| 27 | Cópia de chave de fechadura codificada de dois lados, dependendo do carro | 1 |
| 28 | Cópia de chave de fechadura codificada tipo Ômega CD 2004 | 1 |
| 29 | Cópia de chave de fechadura de automóvel comum | 1 |
| 30 | Cópia de chave de fechadura de dupla modelagem porta comum | 1 |
| 31 | Cópia de chave de fechadura de porta comum, de móvel, elétrica e de porta de vidro temperado | 400 |
| 32 | Cópia de chave de fechadura de segurança (tipo tetra) | 20 |
| 33 | Cópia de chave de fechadura tipo trinco | 5 |
| 34 | Fornecimento e codificação de cartão de Renault Fluence 2015 | 1 |
| 35 | Fornecimento e instalação de fechadura comum | 50 |
| 36 | Fornecimento e instalação de fechadura Lafonte, Arouca, Brasil ou similar (comprovando a similaridade) | 1 |
| 37 | Retirada de fechadura tipo Lockwell e bolas para confecção de 2 chaves | 10 |
| 38 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de arquivo | 1 |
| 39 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de cofre | 1 |
| 40 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura CE cofre comum | 1 |
| 41 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura chapa | 1 |
| 42 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura codificada de dois lados, de carro | 1 |
| 43 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura de automóvel comum | 1 |
| 44 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura de dupla modelagem | 1 |
| 45 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura de móvel | 50 |
| 46 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura de porta comum | 50 |
| 47 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura de segurança (tipo tetra) | 25 |



| ITEM | DESCRIÇÃO DO SERVIÇO | QUANTIDADE ESTIMADA |
|------|--|---------------------|
| 48 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura elétrica | 1 |
| 49 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura porta vidro temperado | 10 |
| 50 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura tipo trinco | 5 |
| 51 | Troca de segredo de arquivo | 1 |
| 52 | Troca de segredo de cadeado, qualquer tamanho | 1 |
| 53 | Troca de segredo de cofre | 1 |
| 54 | Troca de segredo de fechadura CE cofre comum | 1 |
| 55 | Troca de segredo de fechadura chapa | 1 |
| 56 | Troca de segredo de fechadura codificada tipo Ômega CD | 1 |
| 57 | Troca de segredo de fechadura de automóvel comum | 1 |
| 58 | Troca de segredo de fechadura de móvel | 1 |
| 59 | Troca de segredo de fechadura de porta comum, elétrica, de porta de vidro temperado e tipo trinco | 1 |
| 60 | Troca de segredo de fechadura de segurança (tipo tetra) | 1 |
| 61 | Cópia de chave codificada de 2 lados Ford Focus 2007, Fiat Finea 2011/2012 e Nissan Sentra 2009 | 1 |
| 62 | Cópia de chave codificada de 2 lados VW Santana 2002, VW Gol 2001, VW Parati 2004, GM S10 e GM Zafira 2003 | 1 |
| 63 | Cópia de chave codificada de 2 lados Renault Master 2012/2012 | 1 |
| 64 | Cópia de chave codificada de 2 lados Ford Focus 2011 (c/ tele comando) | 1 |

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1 - A Contratada atenderá às solicitações de emergência de imediato.

2.2 - Solicitada, a Contratada enviará seu(s) técnico(s) que se dirigirá(ão) ao Núcleo de Projetos e Fiscalização de Obras – NUPRO para receber a Ordem de Solicitação de Serviço - OS, em 02 (duas) vias, na qual estarão indicados o nome da unidade solicitante (setor local (sala), servidor requisitante do(s) serviço(s) a ser (em) realizado(s) e quantidade/especificação do(s) serviço(s).

2.3 - Atendida completamente a OS, cuidará a Contratada de que o usuário requisitante assine suas 02 (duas) vias, para validá-las.



2.4 - Ao término de cada mês, a Contratada entregará ao NUPRO 01 (*uma*) via assinada de cada OS atendida para conferência juntamente com a nota fiscal.

2.5 - Os serviços a serem executados pela Contratada não poderão interferir nas atividades normais do Contratante, razão pela qual a Contratada se obriga a executar em período noturno, finais de semana ou feriados quaisquer serviços que não possam ser executados em horário normal de expediente, sem custo adicional para o Contratante.

2.6 - Para as solicitações que não tenham caráter emergencial, a Contratada terá prazo de 02 (*duas*) horas para atendê-las.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

3.2 - A Contratada utilizará na prestação dos serviços mão de obra qualificada/especializada, equipamentos e materiais de primeira qualidade e suficientes à realização dos serviços.

3.3 - A Contratada permitirá que seus empregados, quando prestando serviços nas dependências do Contratante, sejam vistoriados pela segurança interna, se assim for solicitado.

3.4 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços nas dependências do Contratante, estarão sujeitos a suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o Contratante, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao Contratante ou a terceiros, durante, ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

3.5 - A Contratada deverá manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do presente Contrato.

3.6 - Será refeito pela Contratada todo e qualquer serviço não aprovado pelo gestor do Contrato, sem qualquer ônus para o Contratante.



3.7 - A Contratada reparará ou, quando isto for impossível, indenizará quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, em virtude de culpa ou dolo, decorrentes da execução do Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, ainda que tão somente objetiva, desde que sobrevenham em prejuízo do Contratante ou de terceiros, sem quaisquer ônus para o Contratante.

3.8 - A Contratada fornecerá ao gestor do Contrato, sempre que solicitado, lista de ferramentas e equipamentos que serão utilizados nos serviços objeto do presente Contrato.

3.9 - A Contratada deverá cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho (tendo como referência as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego), e diligenciar para que seus empregados trabalhem com equipamentos de proteção individual (EPIs), adequados a todo e qualquer tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido.

3.10 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

3.11 - A Contratada deverá cientificar a seus empregados a observância obrigatória ao Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147, de 15/04/2011, do Conselho da Justiça Federal, e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

3.12 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da á encarregada da licitação conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 229 de 22.06.2016 do Conselho Nacional de Justiça.

3.12.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo II do Edital, a qual ser entregue no ato da assinatura do Contrato.



4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO, DA FORMA DE REAJUSTE E DO PAGAMENTO:

4.1 - DO PREÇO:

| 4.1.1 – PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DE PREÇOS | | | | |
|--|---|---------------------|-------------------------------|----------------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO DO SERVIÇO | QUANTIDADE ESTIMADA | PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO (R\$) | PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$) |
| 1 | Abertura de arquivo | 1 | | |
| 2 | Abertura de cadeado de qualquer tamanho | 5 | | |
| 3 | Abertura de cofre | 1 | | |
| 4 | Abertura de fechadura CE cofre comum | 1 | | |
| 5 | Abertura de fechadura chapa | 1 | | |
| 6 | Abertura de fechadura de automóvel | 1 | | |
| 7 | Abertura de fechadura de móvel | 50 | | |
| 8 | Abertura de fechadura de porta comum | 50 | | |
| 9 | Abertura de fechadura de segurança (tipo tetra) | 25 | | |
| 10 | Amostragem de fechadura de porta comum, cadeado, arquivo, cofre, fechadura CE, chapa, de móvel | 30 | | |
| 11 | Amostragem de fechadura de automóvel comum | 1 | | |
| 12 | Amostragem de fechadura de segurança (tipo tetra), elétrica, de porta de vidro temperado, tipo trinco | 30 | | |
| 13 | Conserto de arquivo (incluído retirada / colocação) | 1 | | |
| 14 | Conserto de cadeado de qualquer tamanho (incluído retirada / colocação) | 1 | | |
| 15 | Conserto de cofre (incluído retirada / colocação) | 1 | | |
| 16 | Conserto de fechadura CE cofre comum (incluído retirada / colocação) | 1 | | |
| 17 | Conserto de fechadura de porta comum, chapa, tipo trinco, de porta de vidro temperado, de móvel (incluído retirada / colocação) | 25 | | |
| 18 | Conserto de fechadura de automóvel (incluído retirada / colocação) | 1 | | |
| 19 | Conserto de fechadura de dupla modelagem (incluído retirada / colocação) | 1 | | |
| 20 | Conserto de fechadura de segurança (tipo tetra) (incluído retirada / colocação) | 25 | | |
| 21 | Conserto de fechadura elétrica (incluído retirada / colocação) | 1 | | |
| 22 | Cópia de chave de arquivo | 1 | | |
| 23 | Cópia de chave de cadeado de qualquer tamanho | 5 | | |
| 24 | Cópia de chave de cofre | 1 | | |
| 25 | Cópia de chave de fechadura CE cofre comum | 1 | | |
| 26 | Cópia de chave de fechadura chapa | 1 | | |
| 27 | Cópia de chave de fechadura codificada de dois lados, | 1 | | |



| 4.1.1 – PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DE PREÇOS | | | | |
|--|--|---------------------|-------------------------------|----------------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO DO SERVIÇO | QUANTIDADE ESTIMADA | PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO (R\$) | PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$) |
| | dependendo do carro | | | |
| 28 | Cópia de chave de fechadura codificada tipo Ômega CD 2004 | 1 | | |
| 29 | Cópia de chave de fechadura de automóvel comum | 1 | | |
| 30 | Cópia de chave de fechadura de dupla modelagem porta comum | 1 | | |
| 31 | Cópia de chave de fechadura de porta comum, de móvel, elétrica e de porta de vidro temperado | 400 | | |
| 32 | Cópia de chave de fechadura de segurança (tipo tetra) | 20 | | |
| 33 | Cópia de chave de fechadura tipo trinco | 5 | | |
| 34 | Fornecimento e codificação de cartão de Renault Fluence 2015 | 1 | | |
| 35 | Fornecimento e instalação de fechadura comum | 50 | | |
| 36 | Fornecimento e instalação de fechadura Lafonte, Arouca, Brasil ou similar (comprovando a similaridade) | 1 | | |
| 37 | Retirada de fechadura tipo Lockwell e bolas para confecção de 2 chaves | 10 | | |
| 38 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de arquivo | 1 | | |
| 39 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de cofre | 1 | | |
| 40 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura CE cofre comum | 1 | | |
| 41 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura chapa | 1 | | |
| 42 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura codificada de dois lados, de carro | 1 | | |
| 43 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura de automóvel comum | 1 | | |
| 44 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura de dupla modelagem | 1 | | |
| 45 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura de móvel | 50 | | |
| 46 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura de porta comum | 50 | | |
| 47 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura de segurança (tipo tetra) | 25 | | |
| 48 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura elétrica | 1 | | |
| 49 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura porta vidro temperado | 10 | | |
| 50 | Retirada para confecção de 02 (duas) chaves de fechadura tipo trinco | 5 | | |
| 51 | Troca de segredo de arquivo | 1 | | |
| 52 | Troca de segredo de cadeado, qualquer tamanho | 1 | | |



| 4.1.1 – PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO E FORMAÇÃO DE PREÇOS | | | | |
|--|--|---------------------|-------------------------------|----------------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO DO SERVIÇO | QUANTIDADE ESTIMADA | PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO (R\$) | PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$) |
| 53 | Troca de segredo de cofre | 1 | | |
| 54 | Troca de segredo de fechadura CE cofre comum | 1 | | |
| 55 | Troca de segredo de fechadura chapa | 1 | | |
| 56 | Troca de segredo de fechadura codificada tipo Ômega CD | 1 | | |
| 57 | Troca de segredo de fechadura de automóvel comum | 1 | | |
| 58 | Troca de segredo de fechadura de móvel | 1 | | |
| 59 | Troca de segredo de fechadura de porta comum, elétrica, de porta de vidro temperado e tipo trinco | 1 | | |
| 60 | Troca de segredo de fechadura de segurança (tipo tetra) | 1 | | |
| 61 | Cópia de chave codificada de 2 lados Ford Focus 2007, Fiat Finea 2011/2012 e Nissan Sentra 2009 | 1 | | |
| 62 | Cópia de chave codificada de 2 lados VW Santana 2002, VW Gol 2001, VW Parati 2004, GM S10 e GM Zafira 2003 | 1 | | |
| 63 | Cópia de chave codificada de 2 lados Renault Master 2012/2012 | 1 | | |
| 64 | Cópia de chave codificada de 2 lados Ford Focus 2011 (c/ tele comando) | 1 | | |
| VALOR GLOBAL DO CONTRATO | | | | |

4.1.2 - O valor MENSAL estimado deste Contrato é de R\$ _____
(_____);

4.1.3 - O valor GLOBAL estimado deste Contrato é de R\$ _____
(_____);

4.1.4 - Nos preços oferecidos pela Contratada deverão estar incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos os custos pertinentes à perfeita execução do objeto contratado.

4.1.4.1 - No caso de profissional autônomo, o custo efetivo dos serviços mencionado no subitem anterior, e o valor relativo a 20% (*vinte por cento*), correspondent à contribuição previdenciária, a cargo do Contratante, nos termos do art. 72, I, da IN R 971/2009 da Receita Federal, deverão estar discriminados separadamente na proposta constante do item 9.1, alínea “b”, deste Contrato.



4.2 - DO REAJUSTE:

4.2.1 - Os valores contratados serão reajustados com base na variação do IGP-DI, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro indexador que a legislação determinar, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \left(\frac{I - I_0}{I_0} \right) \cdot P$$

onde:

R = Reajuste

I = N° índice da data do reajuste

I₀ = N° índice da data limite da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste

P = Preço a ser reajustado

4.2.2 - A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pró-rata, mas sim o mês cheio.

4.2.3 - A periodicidade de reajuste do presente Contrato será de 12 (*doze*) meses, em conformidade com os termos da Lei nº 10.192 de 14 de fevereiro de 2001 e legislação superveniente, ou outra regulamentação editada pelo Poder Executivo que vier a alterá-la.

4.2.4 - Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

4.2.5 - A Contratada deverá manifestar o interesse no reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, devendo apresentar o demonstrativo de que trata o subitem 4.2.4 tão logo seja divulgado o índice oficial previsto no subitem 4.2.1.

4.2.6 - Caso a Contratada não efetue de forma tempestiva o reajuste e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito de reajustar.

4.3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.3.1 - O pagamento será efetuado, mensalmente, através de ordem bancária depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal (ou RPA - Recibo de Pagamento a Autônomo) discriminativo dos serviços, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, em até 0 (*cinco*) dias úteis, contados a partir da apresentação do documento fiscal;

4.3.1.1 - Para fins do disposto no subitem anterior, considerar-se-á como sendo data do pagamento a data da emissão da ordem bancária;



4.3.1.2 - No ato do pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;

4.3.1.3 - No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato de pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

4.3.1.4 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem anterior, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

4.3.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na (Rua Visconde de Inhaúma nº 68, 2º andar, Centro – Rio de Janeiro/RJ), de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00, na primeira semana do mês subsequente à prestação dos serviços, em 02 (duas) vias que também deverá ser enviado eletronicamente ao *e-mail* scon@trf2.jus.br.

4.3.2.1 - O documento fiscal (ou RPA – Recibo de Pagamento a Autônomo) deverá ser entregue acompanhado das respectivas Ordens de Serviço - OS que discriminem de forma clara o tipo de serviço, as quantidades e especificações dos materiais aplicados, por unidade de medida, com fiscalização e aprovação, por escrito, do setor competente.

4.3.2.2 - A inobservância do contido no subitem anterior inviabilizará o atestado do(s) documento(s) fiscal(is).

4.3.3 - Caso a Contratada se enquadre na hipótese de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do documento fiscal.

4.3.3.1 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração em duas vias, a que se refere o art. 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, alterada pela Instrução Normativa nº 1.540 de 05/01/2015;

4.3.4 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades



contratualmente previstas, conforme Acórdão nº 964/2012 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

4.3.4.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação mencionadas no subitem anterior será verificada quando da realização de cada pagamento.

4.3.5 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no subitem 4.3.1 os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

4.3.6 – Quanto ao imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza será observado o disposto na Lei Complementar n.º 116/03 e a legislação municipal aplicável.

4.3.7 - Por tratar-se de Contrato de prestação de serviços com fornecimento de materiais será obrigatória a discriminação, no documento fiscal, do valor correspondente aos materiais aplicados.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1 - A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, condicionadas à aprovação do mesmo, conforme o adiante especificado:

| Programa de Trabalho | Elemento de Despesa | PTR | Nota de empenho |
|-----------------------|---------------------|---------|-----------------|
| 02.061.0569.4257.6013 | 33.90.39.16 | 107.765 | |

5.2 - Na parcela referente ao exercício de 2019, a despesa será incluída na proposta orçamentária para o citado exercício, condicionada à aprovação da mesma.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DAS PENALIDADES:

6.1 – Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores da Contratante, pelo prazo de até 5 (*cinco*) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral deste Contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a Contratada que:

- 6.1.1 – apresentar documentação falsa;
- 6.1.2 – fraudar a execução do Contrato;
- 6.1.3 – comportar-se de modo inidôneo;
- 6.1.4 – cometer fraude fiscal;
- 6.1.5 – fizer declaração falsa.

6.2. – Para os fins do subitem 6.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como o descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

6.3 – Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução



deste Contrato, de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a Contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos subitens “6.4”, “6.5” e “6.7” desta Cláusula e nas tabelas constantes da Cláusula Décima Terceira deste Contrato, com as seguintes penalidades:

6.3.1 – advertência;

6.3.2 – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por prazo não superior a dois anos;

6.3.3 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

6.3.4 – impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

6.4 – No caso de inexecução parcial do objeto, a Contratada fica sujeita à aplicação de multa de até 20% do valor deste Contrato.

6.5 – No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (*trinta por cento*) do valor deste Contrato.

6.6 – Configurar-se-á o retardamento da execução quando a Contratada:

6.6.1 – deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (*sete*) dias contados da data da ordem de serviço; ou

6.6.2 – deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos neste Contrato por 3 (*três*) dias seguidos ou por 10 (*dez*) dias intercalados.

6.7 – No caso do cometimento das infrações elencadas nos subitens “6.6.1” e “6.6.2” acima, a Contratada poderá ser sancionada com multa de até 5% deste Contrato.

6.8 – O valor da multa poderá ser descontado dos documentos fiscais devidos à Contratada:

6.8.1 – Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, caso esta tenha sido exigida.

6.8.2 – Se os valores dos documentos fiscais e da garantia, se exigida, forer insuficientes, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (*quinze*) dias, contados da comunicação oficial.

6.8.3 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

6.8.4 – Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (*dez*) dias úteis contados da solicitação do Contratante.



6.9 – O Contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

6.10 – A falha na execução do Contrato estará configurada quando a Contratada incorrer em pelo menos uma das infrações elencadas nas tabelas constantes da Cláusula Décima Terceira deste Contrato, respeitada a graduação nelas previstas.

6.11 – Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições da Portaria [TRF2-PTP-2017/00110](#), de 15/03/2017.

6.12 – A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à Contratada, na forma da lei;

6.13 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DO ACORDO DO NÍVEL DE SERVIÇOS:

7.1 - O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento em função de infrações.

7.2 - O não atendimento do ANS e a consequente redução do valor a ser faturado não inibe a aplicação das demais penalidades previstas neste Contrato.

7.3 - Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

7.4 - A aplicação do percentual de redução do valor a ser faturado por não atendimento do ANS obedecerá às tabelas 1 e 2, abaixo:

| Tabela 1 | |
|----------|---------------------------------------|
| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
| 1 | 0,5% sobre o valor mensal do contrato |
| 2 | 1,0% sobre o valor mensal do contrato |
| 3 | 1,5% sobre o valor mensal do contrato |
| 4 | 2,0% sobre o valor mensal do contrato |
| 5 | 3,5% sobre o valor mensal do contrato |



| Tabela 2 | | |
|-----------|--|------|
| INFRAÇÕES | | |
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
| 1 | Deixar de realizar seus serviços para o mesmo dia do chamado, sem explicar os motivos | 5 |
| 2 | Decorridas as duas horas contratuais para atendimento após acionada, a contratada atrasar sua chegada ao Tribunal acima de 1 hora | 4 |
| 3 | Decorridas as duas horas contratuais para atendimento após acionada, a contratada atrasar sua chegada ao Tribunal acima de 41 m a 1 hora | 3 |
| 4 | Decorridas as duas horas contratuais para atendimento após acionada, a contratada atrasar sua chegada ao Tribunal de 21 a 40 minutos | 2 |
| 5 | Decorridas as duas horas contratuais para atendimento após acionada, a contratada atrasar sua chegada ao Tribunal de 1 a 20 minutos | 1 |

8 - CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO:

8.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

8.2 - O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9 - CLÁUSULA NONA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

9.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem às estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico n.º 058/2018 e seus Anexos I e II;
- b) Proposta datada de __/__/201__, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados (TRF2-CAF 201_/_____).



9.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO:

10.1 - O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

10.2 - Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

10.2.1 - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

10.2.2 - Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

10.2.3 - Acompanhar e aprovar os serviços executados.

10.3 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

11.1 – O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (*doze*) meses, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

11.2 – A pelo menos 60 (*sessenta*) dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que se manifeste, dentro de 03 (*três*) dias contados do recebimento da consulta, sobre seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

11.3 – Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

11.4 – A resposta da Contratada terá caráter irrevogável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

11.5 – Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Oitava do presente Contrato.

11.6 – Após o prazo de vigência inicial, este Contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, por meio de aditamento, limitado a 60 (*sessenta*) meses, desde que preenchidos, cumulativamente, a cada prorrogação, os seguintes requisitos:

11.6.1 – Os serviços tenham sido prestados regularmente;

11.6.2 – A Contratada não tenha sofrido punição de natureza pecuniária por mais de 03 (*três*) vezes do Contratante, a cada período de vigência do Contrato;



11.6.3 – O Contratante tenha interesse na continuidade dos serviços;

11.6.4 – O valor deste Contrato permaneça economicamente vantajoso para o Contratante;

11.6.5 – A Contratada concorde com a prorrogação.

11.7 – A comprovação da vantajosidade econômica para a prorrogação deste Contrato, mencionada no subitem 11.6.4 desta Cláusula, deverá ser realizada comparando-se, analiticamente, o valor vigente do contrato com o de pesquisa de preços, por item ou itens de custo, realizada na forma dos arts. 9º a 11 da Portaria nº TRF2-PTP-2017/00110.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

12.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94, os serviços objeto do presente Contrato serão recebidos, mediante recibo, da seguinte forma:

12.1.1 - **Definitivamente** – no prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do atesto do documento correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual.

12.2 - O recibo será emitido pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos do presente Contrato.

12.3 - O recebimento definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

12.4 – O aceite/aprovação do(s) produtos/serviço(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF2 as faculdades previstas nos art. 18 e 20 da Lei n.º 8.078/90.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

13.1 - Após o término deste Contrato a Contratada fornecerá Termo de Quitação Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

13.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.



14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

14.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis nº 9.069 de 29/06/95 e nº 10.192 de 14/02/2001.

14.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

14.3 - As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os Contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

14.4 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos (Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro – Rio de Janeiro/RJ), no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada comprovando o fato.

14.5 - Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos valores devidos pelos serviços prestados.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento de Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 02 (*duas*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de 201_.

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Diretora Geral

RESPONSÁVEL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)

